

Liberdade para Cesare Battisti



Em Junho de 1979, o então militante das Proletários Armados para o Comunismo (PAC) Cesare Battisti é preso pelas autoridades italianas. O grupo era então praticamente inexistente, fruto de divisões internas relacionadas com a morte de um director de uma prisão Antonio Santoro (Junho de 1978), reivindicada por um núcleo da PAC. Tal acontecimento levou Battisti, juntamente com outros companheiros, a afastar-se da organização.

Acusado de subversão e pertença a grupo armado (num processo montado a partir de denúncias de um “arrependido”), Battisti passa a integrar um vasto grupo de prisioneiros políticos, detidos após o assassinato de Aldo Moro (alegadamente) pelas Brigadas Vermelhas. Um acontecimento que constituiu o culminar de uma estratégia de tensão «público-privada» contra a esquerda extra-parlamentar italiana.

Um ano depois, Battisti viria a fugir da prisão, emigrando para Paris e mais tarde para o México. Foi nessa altura que iniciou a sua carreira de escritor, publicando romances policiais que reconstituíam a realidade dos Anos de Chumbo. Em 1988, julgado à revelia e com base no depoimento de Pietro Mutti, ex-líder dos PAC, Battisti é condenado a prisão perpétua.

Em 1990, Cesare volta para França ao abrigo da doutrina Mitterrand, a qual oferecia asilo/refúgio político a todos os perseguidos que renunciassem a via armada — com a qual já havia rompido muitos anos antes, ainda na Itália. Desde então, as autoridades italianas têm realizado esforços com vista à extradição de Battisti. Em Fevereiro de 2004, e após a negociação de consórcios económicos, o governo francês prende Battisti e ordena a sua extradição. No entanto, mediante o pagamento de fiança, o escritor sai em liberdade e foge para o Brasil.

Não obstante o governo Lula ter concedido o estatuto de refugiado político a Battisti, tal decisão foi recentemente anulada pelo Supremo Tribunal Federal. Battisti encontra-se neste momento preso, aguardando a decisão final de Lula de Silva.

O “caso Battisti” denuncia, mais do que uma obsessão de Berlusconi com um passado obscuro, uma vontade política de perpetuar a estratégia de tensão então iniciada. Condená-lo à extradição seria desresponsabilizar o Estado italiano pelo seu passado: pelo amplo recurso a processos judiciais pouco claros, com base em depoimentos de arrependidos (leia-se, chibos) e confissões arrancadas através de tortura. Extraditar Battisti seria no fundo aplicar o princípio que, naquele contexto, determinou a instituição de um estado de excepção: tudo mudar para que, no final, nada mude.

Cimeira de Copenhaga Mais CO2 menos liberdade



Depois de 140 jactos privados, outros voos comerciais, comboios e autocarros especiais, alimentação, hotéis e energia gerada pelas delegações que se deslocam a Copenhaga, e que atingem 41.000 toneladas de dióxido de carbono, ou seja, mais gases de efeito estufa que os gerados pelo Malawi, Afeganistão e Serra Leoa no período de duração da conferência, e tal como previsto desde o início, as conversações da Cimeira de Copenhaga redundaram num fracasso.

A presidente da conferência, Connie Hedegaard, demitiu-se. O seu legado, de acordo com um relatório confidencial da ONU ao qual o jornal britânico The Guardian teve acesso, é um conjunto de propostas que, quando juntas, resultariam num aumento de 3°C em relação aos níveis pré industriais, um crescimento catastrófico que iria colocar em risco várias ilhas e causar a morte e o sofrimento de milhões de pessoas.

Quando a União Europeia, que se tenta apresentar com a grande guardiã do clima, não se inibe de financiar o aquecimento global, não é de estranhar que os governos mundiais se tenham mostrado sem vontade para levar a cabo as mudanças necessárias para uma solução justa para o presente caos climático. As conversações foram dirigidas por interesses próprios e soluções comerciais. Josie Riffaud, um dos líderes do movimento Via Capesina disse que “o dinheiro e as soluções de mercado não resolverão a presente crise. Precisamos de mudanças radicais na forma de produzir e consumir e isto é o que não foi discutido em Copenhaga”.

Numa operação policial sem precedentes, a demonstrar que os mecanismos de repressão já não são apanhados despercebidos, as autoridades dinamarquesas prepararam 37 jaulas em rede de metal, num armazém de cerveja abandonado, destinadas a encarcerar os dissidentes que se manifestassem durante a cimeira. Para facilitar o trabalho, aprovaram-se novas leis que aumentam as penas sobre os contestatários e reforçam os poderes policiais, nomeadamente o de fazer detenções preventivas, nem que seja de pessoal médico, um clássico da semana de protestos que começou logo às primeiras manifestações, e o de atacar os locais que decidissem considerar mais “perigosos”, mostrando o

desespero dos poderosos para impedir que as vozes alternativas dos movimentos sociais, ecologistas, indígenas ou outros, sejam ouvidas.

A tentativa de silenciar as vozes críticas do processo, em particular as que assentam na centralidade do princípio da justiça climática, não ficou apenas pelas ruas. Grandes organizações internacionais como os Amigos da Terra, a AVAAZ ou a própria Via Campesina,

foram impedidas de entrar no Bella Centre nos últimos dias das negociações.

O objectivo principal das mobilizações contra o COP 15, ou seja, a deslegitimação de cimeiras deste tipo, foi atingido. No entanto, a crise social, de que a climática faz parte, mantém-se. Urge pensar em formas de as ultrapassar.

Vê o dossier completo em pt.indymedia.org

Portucel «eucaliptiza» Moçambique

O grupo económico português da Portucel-Soporcel está a ultimar negociações com o Governo moçambicano para adquirir 200 mil hectares de terrenos (equivalente à área de 200 mil estádios de futebol) para plantar eucaliptos, junto dos quais pretende construir uma fábrica de pasta de papel, informa o Público.

Recorde-se que, nos anos 80 do séc. XX, quando a consciência ambiental em Portugal era muito fraca - o que, em geral, se mantém, ainda hoje, com poucas e honrosas excepções - assistia-se à eucaliptação indiscriminada de vastas áreas do nosso litoral e de áreas serranas, reconversão esta que tinha por vezes lugar em áreas com espécies autóctones e ou consideradas importantes para a conservação da biodiversidade. Esta foi uma grande luta que, convém não esquecer, decorreu muitas vezes em sintonia com o sentir das populações locais que receavam as mudanças drásticas que estas florestações colocariam à sua região e ao seu modo de vida.

As múltiplas actividades que então decorreram tiveram alguns pontos altos nas acções directas no terreno levadas a cabo pela população e que envolveram acorrentamento de pessoas às máquinas, em Manhuncelos, concelho de Marco de Canaveses, em 1988, na Serra da Aboboreira, em Janeiro de 1989, em Valpaços, dois meses depois, ou ainda em Mértola, juntamente com a Associação de Defesa do Património de Mértola, no final desse ano. Em todas essas mobilizações, a Quercus de então, bastante diferente da que existe agora, teve um papel fundamental. Relembremos as formas como as acções se realizaram e o que aconteceu aos projectos que foram alvo destes protestos:



Na Aboboreira:

- ecologistas acorrentaram-se às máquinas que preparavam os terrenos;
- camponeses e aldeões da serra da Aboboreira (Aboboreira, Entaladouro, Várzea da Ovelha, etc.) juntaram-se e trouxeram centenas de cabeças de gado para a frente das máquinas;
- o projecto não avançou, tendo ficado eucaliptados apenas alguns hectares que não afectaram a actividade pastorícia (a principal causa que levou à mobilização dos camponeses). A causa provável foi a mediatização do caso, que levou a Soporcel a abandonar o projecto para evitar a deterioração da sua (já má) imagem.

Em Valpaços:

- população local e ecologistas fizeram uma acção directa onde arrancaram 3 mil pés de eucaliptos que tinham sido plantados;
- GNR tinha montado guarda na propriedade e atacou a população, a cavalo;
- GNR deteve um membro de uma cooperativa agrícola local;

- o projecto não avançou e na propriedade permaneceram apenas algumas pequenas manchas de eucaliptal.

Em Mértola:

- ecologistas e membros da ADPM acorrentaram-se às máquinas que preparavam os terrenos na Herdade dos Cachopos (+1000 ha, a descer até ao Pulo do Lobo) para a plantação de eucaliptos;
- circulou um abaixo-assinado a contestar a plantação;
- a empresa responsável acabou por desistir do projecto. Ficaram algumas manchas de eucalipto, mas não muitas.

Barqueiros retoma luta contra o caulino

Passados 20 anos das manifestações contra a exploração do Caulino, em que duas pessoas morreram em confrontos com a GNR, a população de Barqueiros é novamente confrontada com esta possibilidade. A indústria dos caulinos, produto usado em cerâmica e borracha, constitui um perigo para a região (reserva ecológica e agrícola), na medida em que implica o elevado gasto de recursos hídricos. Os oponentes ao projecto da empresa MIBAL fundamentam as suas posições com base num estudo, encomendado pela Câmara de Barcelos à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde se admitem "impactos negativos ao nível de acessibilidades e segurança dos 600 alunos da EB 2, 3", bem como "a destruição de solos agrícolas e de linhas de água e ribeiros, com secagem de nascentes e poços, etc.". Algo que colocaria em causa não só as

formas de subsistência da população local, essencialmente baseadas na agricultura familiar, como também o seu estado de saúde. Consideram igualmente que o interesse da MIBAL reside, não na exploração de caulinos, mas sim na extracção de areias. Reivindicando a memória dos que caíram em 26 de Junho de 1989, um grupo de pessoas organizou-se com o objectivo de lutar contra o acordo entre a Junta de Freguesia de Barqueiros e a MIBAL: "Temos memória. Não queremos o centro da nossa terra esventrado e esburacado pelas escavadoras, as estradas invadidas permanentemente por camiões, o barulho de uma exploração a céu aberto, o pó a entrar pelas casas, Escola, Infantário e estabelecimentos comerciais". Neste momento, existe uma petição on-line, que pode ser assinada assinada em www.petitiononline.com/Caulinos/petition.html.

O INDY-ZINE é uma publicação do colectivo CMI-Portugal. A reprodução total ou parcial das matérias aqui publicadas é permitida e recomendada, desde que seja mencionada a fonte!

Se quiseres contribuir divulgando algum acontecimento importante que não foi veiculado pela grande imprensa, envia-nos as tuas notícias. Torna-te meio de comunicação. Lê mais ou comenta, sobre estes ou outros assuntos, em:

<http://portugal.indymedia.org/>